



Bancada Federal de SC apresenta emendas prioritárias

A Bancada Federal de Santa Catarina, sob a coordenação do deputado federal Valdir Cobalchini (MDB-SC), protocolou emendas parlamentares destinadas ao orçamento de 2025.

Entre os setores contemplados, destacam-se a saúde, com mais de R\$ 334 milhões destinados ao custeio hospitalar, ambulatorial e atenção primária, e a infraestrutura, com investimentos em rodovias estratégicas e transporte escolar. Outras áreas importantes, como educação, segurança pública e habitação, também foram contempladas com recursos significativos.

Para a educação, incluindo aquisição de veículos para transporte escolar e modernização dos institutos federais de educação superior, foram destinados

aproximadamente R\$ 42.116.000.

Já para o melhoramento das rodovias, entre intervenções de recuperação e adequação de trechos rodoviário que contemplam os municípios de Timbé do Sul, São Miguel do Oeste, Rio do Sul, São Francisco e Jaraguá do Sul, foram investidos cerca de R\$ 50.000.000

De acordo com Cobalchini, "as emendas representam o esforço conjunto da bancada, que, de forma coesa, buscou atender as principais demandas dos catarinenses. Os recursos são resultado de um trabalho alinhado e comprometido com o progresso do estado".

A partir de agora, os próximos passos envolvem a aprovação das emendas no orçamento federal e o cadastramento das entidades responsáveis, garantindo que os valores cheguem às áreas e regiões beneficiadas.

Encontros e desencontros rumo à 2026

Enquanto uma parte da turma do PSD tenta aproximar o governador Jorginho Mello (PL) do partido, tem outra indo na contramão.

Na última semana, por articulação do prefeito de Florianópolis, Topázio Neto (PSD) e de seu secretário, Paulinho Bornhausen, Jorginho fez uma visita de "cortesia" ao presidente nacional do PSD, Gilberto Kassab, durante passagem por São Paulo.

A intenção deles era mostrar a Kassab o sucesso que foi nas últimas eleições a parceria entre os dois partidos e tentar convencê-lo de que o apoio do PSD à reeleição de Jorginho seria uma boa

alternativa para 2026.

Contudo, seguindo pela contramão do movimento, o prefeito de Chapecó, João Rodrigues, também pessedista e futuro candidato ao governo do Estado, já anunciou data para renunciar à cadeira municipal e se dedicar integralmente à sua campanha, maio de 2026. Na mesma ocasião, ele excluiu a possibilidade de candidatar-se a qualquer outro cargo e ainda declarou

Foto: PSD/Divulgação



que quem faz uma eleição vitoriosa é o povo, não o partido. Para quem não entendeu, este foi um sutil recado para os colegas da sigla que venha a, futuramente, se opor a sua ideia.

Fetrancesc

A Fetrancesc, Federação das Empresas de Transporte de Carga e Logística no Estado de Santa Catarina, lança nesta terça-feira, 10, o Observatório Fetrancesc, cuja plataforma exclusiva tem o objetivo de fornecer conhecimento a partir do cruzamento de dados para o setor de transportes, infraestrutura e economia catarinense. O Observatório vem sendo construído há mais de um ano por profissionais multidisciplinares e tem como foco principal desenvolver pesquisas através do levantamento de dados cruciais para as políticas públicas de transporte de Santa Catarina. O conteúdo relevante e as análises apresentadas pelo Observatório permitirão que a federação proponha melhorias e busque soluções assertivas junto aos órgãos públicos responsáveis.

Revogado

A Prefeitura de São José atendeu à recomendação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC) e revogou a nomeação de Orli Vieira Ávila, irmão do prefeito Orvino Ávila, para o cargo de procurador-geral adjunto do município. A decisão do TCE/SC foi tomada após indícios de nepotismo, prática que configura a nomeação de parentes para cargos públicos, violando os princípios da moralidade e da impessoalidade previstos na Constituição Federal.

No dia 5 de dezembro de 2024, o secretário de Comunicação de São José, Diego Santos, enviou um decreto oficializando a revogação da nomeação, cumprindo a determinação do Tribunal de Contas, que havia sido emitida no dia 4 de dezembro.

Fica o alerta

Está em tramitação na Assembleia Legislativa de Santa Catarina o Projeto de Lei Complementar que institui três microrregiões de saneamento no Estado, sendo que cada uma delas é composta tanto pelos municípios envolvidos quanto pelo Estado. Com isso, de acordo com o advogado Rodrigo Lahoz, sócio da Menezes Niebuhr Sociedade de Advogados, o município perde autonomia, pois terá que decidir em conjunto, dentro deste colegiado. Além disso, a lei traz um dispositivo que permite a contratação, sem licitação, de órgão ou entidade vinculado aos entes que fazem parte dessa microrregião. Fato contrário do que estabelece a Constituição e do que exige o próprio novo marco legal do saneamento básico.

Saneamento

Um estudo do Instituto Trata Brasil revela que entre os principais desafios na gestão de recursos hídricos, está o estabelecimento de regras claras de governança, segurança jurídica e econômica para garantir os investimentos necessários para a universalização do tratamento de água e esgoto. Só em SC, seriam necessários investimentos de cerca de R\$ 20 bilhões para garantir o acesso, em valores atuais, seriam necessários investimentos de R\$ 231 por habitante, por ano, até 2033, e contempla o crescimento da população de acordo com projeções do IBGE. Os números foram divulgados na apresentação da Agenda da Água 2025, iniciativa da FIESC, na última semana.